

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DO FEMINISMO¹

MICHELA CALAÇA

RESUMO *Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da compreensão do conteúdo teórico e político da categoria Feminismo Camponês Popular, para as mulheres dirigentes políticas da Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC e do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Como primeiros elementos se faz necessário compreender, de forma crítica, a história do feminismo e a ausência das lutas das mulheres camponesas nessa história. Em seguida, apresenta-se um pouco das organizações camponesas que constroem esse feminismo junto com alguns dos elementos por elas sistematizados para falar de seu feminismo.*

PALAVRAS-CHAVE *Feminismo Camponês Popular. Lutas sociais. Auto-organização. Camponesas.*

POPULAR PEASANT FEMINISM: CONTRIBUTIONS TO THE HISTORY OF FEMINISM

ABSTRACT *This article presents some reflections on our research problem, which was to understand the theoretical and political content of the Popular Peasant Feminism category, for women political leaders of the Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC and the Movement of Peasant Women - MMC. As first elements, it seems necessary to understand critically the history of feminism and the absence of the struggles of peasant women in this history. Then, we briefly present the peasant organizations that build this feminism together with some of the elements they have systematized to talk about their feminism.*

KEYWORDS *Popular Peasant Feminism. Social struggles. Self-organization. Peasant women.*

¹ Este é um primeiro artigo de uma série de três sobre o Feminismo Camponês Popular, e tem o objetivo de olhar criticamente para história do feminismo e apresentar o porquê de ser necessário incluir as mulheres do campo, das flores-tas e das águas como parte dessa história. No segundo vamos apresentar quem é a Cloc e seu processo interno de construção do termo feminismo camponês e popular e, por último, as sínteses que o MMC tem apresentado como proposta de conteúdo ao Feminismo Camponês Popular.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade está muito forte o debate sobre o fato de o feminismo ser muitos, ou seja, seriam feminismos, pois muitas são as mulheres e suas demandas, contudo, este artigo parte de outro pressuposto: o feminismo como a junção de todas as lutas das mulheres por autonomia e liberdade, em suas diversidades e, por isso, mesmo sendo um, ele é abastecido por uma infinidade de pautas, de formas de luta, de identidades e do ser mulher. Nossa busca neste artigo é trazer mais algumas lutas de mulheres à tona e tirar da invisibilidade sujeitas que constroem lutas feministas no campo, nas florestas e nas águas, pelo Brasil e pela América Latina e Caribe. Para tanto, iremos apresentar o Feminismo Camponês Popular proposto pelas camponesas da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), com um foco maior na atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

² Na construção da Cloc e do MMC, camponesa é uma categoria que reúne diversas formas de ser e viver no campo, na floresta e nas águas. São agricultoras, pescadoras, indígenas, quilombolas, arrendatárias, sem terras, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quebradeiras de coco e praticantes de diversas outras identidades. Neste estudo, usamos o termo seguindo essa perspectiva, ainda que, algumas vezes, para dar visibilidade, usemos junto com as expressões camponesas, indígenas e quilombolas.

Partimos das experiências que temos na construção do movimento, bem como de pesquisas participantes e pesquisação desenvolvidas na minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2012), como também nas dissertações de Isaura Conte(2011); Catiane Cinelli, (2012); Iridiani Seibert (2019); e teses de doutorado de Isaura Conte(2014); Catiane Cinelli(2016); Sirley Gaspareto(2018); Michela Calaça (2021), que tratam sobre a realidade das camponesas² e do movimento e dos estudos dos documentos lançados pelas mulheres dessas duas organizações. Neste estudo, apresentamos, a partir da história do MMC, como o feminismo camponês popular aparece e se soma a esse mar que é o feminismo.

FEMINISMO: UMA FORMA DE CONTAR SUA HISTÓRIA

Majoritariamente, os debates teóricos sobre feminismo partem de uma perspectiva das mulheres urbanas, em especial, quando a busca é contar a história do feminismo, o que é perfeitamente compreensível, já que essa categoria aparece no cenário político e teórico a partir das lutas de mulheres urbanas por direitos. Mas, com o conhecimento histórico que temos atualmente, é necessário avançar.

Neste item, não pretendemos fazer um grande levantamento da história do feminismo, pois já existem inúmeras publicações que se colocaram nessa tarefa: Ana Miguel (2014), Michele Perrot e Georges Duby (1993; 2002) pensaram o feminismo na Europa Ocidental; Celi Pinto (2003) no Brasil; Heloisa Buarque de Hollanda (2019a; 2019b; 2020) tem buscado juntar textos feministas de várias épocas, fazendo também uma contribuição à história do feminismo; especificamente sobre o feminismo negro norte-americano, as publicações de Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2019) são importantes contribuições para compreendermos essa história. Visto isso, nos propomos a apresentar poucos elementos dessa história, priorizando àqueles que nos ajudam a compreender como surge o feminismo na cena política e porque as lutas das mulheres camponesas não aparecem.

A história do feminismo tem sido contada, majoritariamente, a partir da Europa, expressando de forma mais evidente um feminismo urbano, branco e de mulheres com certos privilégios de classe. Muitas vezes, a participação das feministas socialistas é invisibilizada, como acontece no debate sobre o surgimento do 8 de Março³. Sabemos que a luta considerada feminista (como direitos ao voto e a educação), mesmo na Europa, foi construída por muitas mulheres da classe trabalhadora e, em especial, pelas mulheres organizadas nos partidos socialistas. Mesmo lutando juntas, as socialistas não construíram suas lutas com os mesmos

³ Ver debate sobre a origem do 8 de março em Ana Isabel Álvarez González (GONZÁLEZ, 2010).

ideais das mulheres de classes dominantes, como demonstra os escritos de Clara Zetkin (1896), mas buscavam a igualdade de direitos como fortalecimento da luta pelo socialismo. A unidade na luta pelo voto e pela educação se dava pelo fato de conquistas como essas possibilitarem melhores condições políticas e sociais para as mulheres, seja no cotidiano, seja na luta política.

Para deixar esse fato evidente, fazemos, neste artigo uma breve revisão de literatura, entretanto, nossa intenção não é negar a importância dessa abordagem que já existe, pois, mesmo sem o destaque necessário às feministas socialistas e com a invisibilidade das camponesas, essa é uma parte importante da história das lutas, porque nos remete às primeiras mulheres que foram chamadas de feministas e que tiveram o importante papel de evidenciar, para toda a sociedade, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres em relação ao poder do homem na sociedade e sobre elas.

Ana Miguel (2014), em seu artigo “*los feminismos a traves de la historia*”, conta a história do feminismo dividindo-o em 3 partes: um feminismo pré-moderno, um feminismo moderno e o que ela chama de neofeminismo - o feminismo dos anos sessenta e setenta. Nesse estudo, a autora não traz lutas que saiam da lógica das cidades, nem quando destaca o feminismo pré-moderno, mesmo sabendo que nesse momento histórico as cidades européias eram apenas nascentes⁴. Não aparece na sua discussão a resistência das mulheres camponesas, das indígenas dos povos originários nas Américas, que estavam sendo colonizadas justamente no final de 1400 e início de 1500. A autora não menciona as camponesas, nem mesmo quando descreve a realidade das bruxas que, como sabemos, eram, em muitos casos, camponesas que lutavam para não tomarem suas terras e tinham conhecimentos de plantas e curas, por isso, eram acusadas de bruxaria (Silvia FEDERICI, 2017).

Segundo Miguel (2014), o primeiro texto que aborda explicitamente a demanda pela igualdade entre os sexos é o texto

⁴ Quando me refiro a cidades nascentes, escrevo nascentes como forma de organizar a vida em sociedade que no período que a autora se refere, entre 1400 a 1650 aproximadamente, majoritariamente os países eram rurais, o feudalismo como modo de produção vigente na Europa e a vida comunitária na América Latina não ocorria majoritariamente em cidades, mesmo que algumas já existissem.

de Poulain de la Barre intitulado *Sobre la igualdad de los sexos*, publicado em 1673 (apud MIGUEL, 2014, p. 08), todavia é a revolução francesa que é tratada na obra de Miguel, e, também na de Branca Alves e Jaqueline Pitangy (2003), como um motor da história no que se refere às lutas feministas, pois as mulheres que se organizaram para desafiar o Estado absoluto não voltariam para casa após a vitória da revolução, renunciando à igualdade pela qual lutaram.

Novamente, a visão sobre o feminismo se restringe às mulheres brancas e européias, haja vista que não aparece nos escritos de Miguel (2014) e nem Alves e Pitangy (2003) as mulheres escravizadas em São Domingos (atual Haiti) que, animadas pela liberdade, igualdade e fraternidade, eram metade dos exércitos da revolução de 1791 nesta localidade. Mulheres escravizadas nas plantações e nas casas dos senhores tomaram sua liberdade e de seu povo de assalto (JAMES, 2010). Aqui nossa crítica se estabelece em propor a seguinte reflexão: por que o legado dessas mulheres não é reivindicado pelo feminismo?

Miguel (2014) e o discurso majoritário no feminismo afirmam que é a partir da Revolução Francesa que a possibilidade de pensar em direitos iguais para todos se coloca na história. Mas, esquecem um elemento importante que é o papel do colonialismo para consolidação desse projeto de igualdade entre os homens brancos proprietários da França, porque, como a autora mesma lembra, concretamente e de forma implícita, esses “direitos iguais para todos”, eram apenas para homens brancos e proprietários dos meios de produção⁵.

Ana Miguel (2014) continua sua exposição sobre o feminismo moderno dizendo que o texto dessa época considerado um marco do feminismo mundial é a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, documento redigido por Olympe de Gouges⁶ (1791) representando os anseios das mulheres que lutaram na Revolução Francesa e depois foram destituídas da possibilidade de serem indivíduos livres e iguais.

⁵ Um exemplo evidente disso é o exército de Napoleão que lutava por liberdade, igualdade e fraternidade em território Francês, no território da colônia francesa, esmaga a revolução (JAMES, 2010).

⁶ Segundo Alves e Pitangy (2003, p. 34), Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. A sentença que a condenou acusava-a de querer ser homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo.

⁷ Clube para que as mulheres pudessem se reunir e tratar suas questões privadas, políticas.

A partir da Revolução Francesa, foram criados clubes⁷ de mulheres (MIGUEL, 2014, p. 10) que buscavam a efetiva participação política das mulheres na sociedade. Em todas as literaturas consultadas, é a partir da Revolução Francesa que a maioria das autoras traça os caminhos do feminismo no mundo, argumentando que é nesse momento que ele toma um caráter de movimento político, com a pauta clara de busca de direitos iguais entre homens e mulheres.

O termo feminismo tem sido reivindicado, ao longo da história, por diferentes correntes de pensamento. A análise que o fundamenta é a de que as mulheres não são iguais, mas todas passam por situações de opressão e dominação. Entretanto, quando pensamos sobre a exploração do seu trabalho, encontramos muitas diferenças entre as próprias mulheres. Tanto as camponesas quanto as mulheres negras nunca lutaram pelo direito ao trabalho, pois essa realidade elas vivenciaram desde muito novas. Sua luta em relação ao trabalho tem relação com reconhecimento e valorização. Essas diferenças contribuem para que ao olhar para o feminismo, muitas não reconheçam ali suas lutas.

Ana Miguel (2014) inova ao expor a história do feminismo por momentos históricos, não se limitando à lógica das ondas, mas mesmo assim, não consegue incluir uma diversidade maior nesse feminismo, apresentando as mesmas histórias que são apresentadas nas ondas como lutas feministas. Cristina Buarque (2006), por sua vez, conta essa história dividindo-a em feminismos da primeira onda, ou feminismo da igualdade, feminismo da segunda onda, que também ficou conhecido como o feminismo da diferença, e o debate de empoderamento, que ela considera como mais uma onda do feminismo.

Acreditamos que essa forma utilizada por Buarque (2006) e outras autoras é uma maneira didática de expor, mas que guarda limites profundos no que se refere a pensar a diversidade dos debates e linhas feministas dentro de cada “onda”. Essa divisão também dificulta a percepção da luta das mulheres da classe

trabalhadora, pois só reconhece uma luta como feminista a partir da autoproclamação como tal.

O feminismo da “primeira onda”⁸ pode ser caracterizado pela luta por direitos. Durante esse período histórico, que se estende desde o século XVIII – no qual existe um acelerado processo de desenvolvimento das forças produtivas e são criadas formas de organização do trabalho, ou seja, vivem-se os primórdios do capitalismo – até meados do século XX, as mulheres lutaram por acesso à educação formal, por direito à propriedade, por direito à herança, por direito ao voto. Dessa forma, podemos dizer que a luta se dava no campo do acesso às conquistas da democracia burguesa (BUARQUE, 2006), (ALVES e PITANGUY, 2003). Isso não significa que essas conquistas não sejam importantes. Pelo contrário, elas são essenciais para que as mulheres possam ter maior capacidade de luta no período posterior. Nesse mesmo período, as camponesas, as indígenas e as mulheres negras escravizadas estavam lutando para manter seu modo de vida, para não serem estupradas, para não verem seus filhos e filhas e elas mesmas apanharem até quase a morte, por desobediência ou por qualquer motivo que o senhor (homem branco) achasse necessário, contudo, mesmo organizadas enquanto mulheres para essa luta de resistência, isso não aparece como história do feminismo.

Muitas lutas das mulheres, mas também da classe trabalhadora como um todo, contribuíram para a conquista das mulheres no que se refere a igualdade formal, todavia, é importante salientar que as vitórias em relação a esses direitos vão sofrer grandes influências das relações de poder estabelecidas em cada local, o que trará grande variação nos direitos conquistados no tempo e no espaço, ou seja, existem variações em relação a um ou outro país, como também dentro do mesmo país em períodos diferentes. Porém, essas lutas são majoritariamente em busca de acesso a direitos já conquistados por lutas realizadas por homens e mulheres, mas que apenas os homens desfrutam.

⁸ Sempre que nos referimos as ondas, usaremos aspas, para demonstrar que essa terminologia apresenta limites.

⁹ Muitos são os estudos que já enfrentam esse debate a partir de análises de situações específicas. Como indicação apresentamos um sobre quilombolas: BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no quilombo do Urubu:** Uma reconstrução histórica político Social. 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003. Outros dois sobre indígenas: PANKARARU, Elisa. **Fala de Elisa sobre feminismo indígena.** Curso Caleidoscópio. Recife. SOS CORPO, 2019. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=8180> acesso em abril de 2021; PAREDES, Julieta. **Descolonizar las luchas:** la propuesta del feminismo comunitario. Mandrágora, v. 24, n. 2, p. 145-160. 2018; e os vários estudos citados nesse artigo sobre o campesinato em sua diversidade.

¹⁰ Sobre a greve de 1917 no Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614>. Mandrágora, v. 24, n. 2, p. 145-160. 2018; e os vários estudos citados nesse artigo sobre o campesinato em sua diversidade.

As mulheres da “primeira onda” do feminismo foram conhecidas também como “as sufragistas”, pois é nesse momento histórico que o direito ao voto passa a ser expandido, mas não chegam às mulheres, e a luta pelo voto torna-se a pauta central tanto para as trabalhadoras que se organizam na esquerda quanto para as das classes burguesas e setores médios. Tornando essa a luta que entra majoritariamente como origem da luta feminista.

São consideradas dessa fase as mulheres que lutaram na revolução francesa (1789 – 1799), as mulheres da comuna de Paris (1848), as mulheres do Partido Social Democrata Russo, as mulheres do Partido Social Democrata Alemão, as mulheres que participaram da Revolução Russa em 1917 (GONZÁLEZ, 2010); (BUARQUE, 2006); (ALVES e PITANGUY, 2003).

Nesse contexto, são excluídas as camponesas, as indígenas e as quilombolas, embora saibamos que elas já lutavam em defesa dos seus territórios, dos seus modos de vida, para não ser escravizadas e quando escravizadas lutaram por liberdade. Sendo essas lutas, muitas vezes, organizadas e conduzidas pelas mulheres⁹. Importante destacar que muitas mulheres escravizadas mataram seus algozes para se libertar (Tatiany, SIMAS, 2017).

Nesse mesmo período histórico, muitas lutas anticoloniais estão acontecendo, como também greves em países latino-americanos. No Brasil, em 1917, acontece a primeira greve operária, que foi uma greve majoritariamente composta por mulheres¹⁰, porém, esse fato nem sempre é pensado como parte do movimento feminista, mas “apenas” como trabalhadores (sem sexo) lutando por seus direitos.

Nesse período, várias lideranças operárias lançaram obras sobre a condição da mulher, não sobre a condição de qualquer mulher, mas sim de uma mulher específica: a mulher da classe trabalhadora. Como é o caso da líder operária Flora Tristan, que publicou, em 1843, um trabalho intitulado *União Operária*, e de Jeanne Derooin, francesa, autodidata, também líder operária que, em 1848, escreveu um *Curso de Direito Social para as mulheres*,

além de Rosa Luxemburgo que no quinto dia de março de 1914, publicou o texto *A proletária*. Guardada a devida cautela no que se refere ao tempo histórico em que foram escritas, essas obras são obras feministas, pois são um olhar de mulheres para sua luta enquanto mulheres.

Por volta dos anos de 1930, a maioria das reivindicações das mulheres sufragistas já havia sido atendida, com diferentes avanços em diferentes países, as pautas dos direitos das mulheres tinham sido conquistadas. Elas já votavam e podiam ser votadas, tinham direito ao estudo regular, direito ao trabalho remunerado. Essas conquistas, no caso soviético, são emblemáticas, posto que mesmo sendo nítidos os grandes avanços na vida das mulheres soviéticas, como demonstrou Wendy Goldman (2014), se manteve inúmeros desafios, pois a igualdade entre homens e mulheres na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS ocorreu por decreto¹¹ e trouxe inúmeros limites, a partir dos costumes e as condições materiais.

Tanto no socialismo quanto no capitalismo, as mulheres haviam conquistado os direitos formais, o que causou um refluxo na auto-organização de parcela dessas mulheres nesse período. Algumas, porém, continuaram lutando, por entenderem que a dominação masculina e o capitalismo colocavam ainda muitos impedimentos para a emancipação das mulheres. Nesse contexto, para as mulheres do campo, da floresta e das águas esses direitos estavam muito longe de se efetivarem. As camponesas continuavam sem direito à propriedade da terra no Brasil até a Constituição Federal Brasileira de 1988, e muitas não tinham certidão de nascimento. A educação no campo era priorizada para os homens (e nem para todos), nas florestas e nas águas esse acesso era ainda mais precário ou mesmo inexistente. No entanto, as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas estavam em luta, como mostraremos mais a frente, em luta em movimentos mistos, e organizando movimentos auto-organizados de mulheres.

¹¹ Entendemos que mesmo havendo ocorrido por decreto, essas conquistas só ocorreram devido às lutas travadas pelas mulheres dentro da organização partidária (Bolchevique) que conduziu a revolução, reforçando nosso entendimento que essas lutas são inseparáveis.

Ana Miguel (2014) traz como exemplo do surgimento do feminismo moderno os desafios de entender a desigualdade, a partir da vida da própria Simone de Beauvoir, que era importante filósofa, professora, mas conseguia ver que a desigualdade permanecia (MIGUEL, 2014, p. 21). Reforçamos esse debate com a leitura feita por Susan Bordo (2000), quando, baseada na própria teoria de Beauvoir, demonstra que os trabalhos das mulheres podem até chegar a ser reconhecidos, mas que “as realizações dos que são assim definidos — como o outro — nem sempre podem ser menosprezadas; frequentemente elas são até apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico: o lugar de sua diferença” (BORDO, 2000. p. 11-12). A própria Beauvoir é conhecida mais por ser feminista do que pela grande filósofa que é. Essa é uma característica importante da luta contemporânea das mulheres, ter o direito formal à liberdade, mas não ter como exercê-lo na realidade.

Para Alves e Pintangy (2003), o lançamento da obra de Simone de Beauvoir, em 1940, *O segundo sexo* representou uma voz ativa, mesmo que isolada, sendo, nesse período de transição, uma obra essencial para abertura de um novo período do feminismo.

O chamado feminismo da “segunda onda” focou sua luta na quebra dos hábitos e costumes que mantinham, na prática, as mulheres em condição de subalternidade, mesmo elas tendo conquistado a igualdade formal. A luta, neste momento – após os anos 1960 –, era para quebrar as construções “culturais”¹², que se mantinham ligadas a determinismos biológicos, dando suporte às relações desiguais entre as pessoas, se baseando no sexo. Contudo, as feministas ligadas aos partidos de esquerda mantinham a denúncia de que a situação das mulheres tinha base material, que sustentavam os costumes culturais.

Outra característica importante e que dá nome a esse período do feminismo é que mesmo entre as mulheres existem diferenças, ou seja, as chamadas opressões/dominação das

¹² Coloca-se aqui aspas, para evidenciar que as construções culturais, não são algo apenas formado por ideias, mas que existe necessariamente uma base material que a sustenta.

mulheres também são mediadas por outras condições. Nas palavras de Buarque (2006, p. 15):

A ideia de que a diferença constitui o ser humano distingue esse período do anterior, no qual se acreditava que as mulheres eram todas iguais, pelo fato de partilharem o mesmo sexo. As formas de opressão das mulheres dependiam também de outras relações sociais. Assim, pertencer ao mesmo sexo não define a mesma condição de classe para todas as mulheres. Da mesma forma que compartilhar a mesma condição de classe ou pertencer à mesma raça não define o mesmo lugar na sociedade para homens e mulheres.

Segundo González (2010), e como demonstra Zetkin (1896), essa leitura sobre a realidade das mulheres na “segunda onda” do feminismo já era percebida nas feministas da classe operária, pois, para elas, era clara a diferença entre as burguesas e as proletárias, mesmo que fosse necessário lutar juntas pelo que atingia a vida delas por ser mulheres, essa era necessariamente uma aproximação tática.

É durante a chamada “segunda onda” que surge a expressão: “o privado é público”, sendo assim possível questionar as ações do Estado e da família. Para Alves e Pitanguy (2003, p. 55), o movimento feminista dessa época foca sua reivindicação na igualdade em todos os níveis, seja no mundo externo, seja no âmbito doméstico. É nesse período que as feministas norte-americanas criam também o lema: “o pessoal é político” (MIGUEL, 2014).

O período que compreende à “segunda onda” do feminismo que percorre dos anos 1940 a, possivelmente, o final dos anos 1970, abre as portas para uma infinidade de construções que se autodenominaram feminismo e que entendem uma diversidade de pautas e sujeitos como parte do feminismo, chegando, atualmente, à ideia que tem tendido a ser majoritária de que o feminismo é múltiplo, ou seja, que não existe apenas um, mas muitos feminismos.

Para Alves e Pitanguy (2003, p. 59), as principais bandeiras de luta das feministas na contemporaneidade são resumidas em: “Sexualidade e Violência; Saúde; Ideologia e Formação Profissional e Mercado de Trabalho”. Nesse período, as mulheres camponesas também estão organizadas e suas pautas são saúde, que vai do acesso à saúde até o respeito aos seus saberes tradicionais em saúde; combate à violência, defesa da natureza, reconhecimento do seu trabalho e construção de sua autonomia, entretanto, não as encontramos nos relatos sobre o feminismo.

Buarque (2006) trabalha com mais uma fase do feminismo: a luta institucional das mulheres quando passam a confrontar o patriarcado, a partir do Estado, sendo legisladoras, exercendo cargos executivos, participando de instituições de cooperação e agências internacionais. Contudo, não entendemos essa como mais uma fase do feminismo, mas sim, como mais uma tática em que algumas feministas apostam.

Para nós, se pensarmos em termos de ondas do feminismo, defenderíamos que ainda estamos na segunda onda e dela só teremos como sair com a superação da sociedade capitalista, patriarcal e racista na qual vivemos, pois, as diferenças entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres estão estruturadas nesses pilares e sem sua superação não é possível igualdade.

Sobre o feminismo no Brasil, Céli Pinto (2003) apresenta suas origens divididas em três segmentos: as mulheres que lutavam por acesso aos direitos, tendo como principal referência a Bertha Lutz; uma outra vertente de um feminismo intelectual, de mulheres que a partir do estudo acessaram o mundo público e denunciavam as desigualdade e dominação masculina, como jornalistas e autoras; e a das feministas anarquistas e comunistas, vindas majoritariamente da Europa. Essas vertentes irão atuar no Brasil a partir dos anos 1920. É importante destacarmos que Pinto (2003, p. 15) também apresenta que, de forma individual, a reivindicação das mulheres por serem candidatas acontece já em 1881.

A partir dos anos de 1940 e 1950, no Brasil acontece um processo de organização de mulheres na luta contra a carestia e por serviços públicos em geral, como saúde e creche, que marcou uma nova forma de as mulheres brasileiras estarem na luta política, elas tiveram muito apoio da igreja católica. Nessa mesma perspectiva, a igreja católica atuou também no meio rural, dando origem a diversos movimentos sociais, pastorais, também organização de mulheres camponesas. Ainda hoje, existe divergência no feminismo se essas lutas travadas por mulheres eram feministas. Na nossa avaliação, quando as mulheres se juntam por pautas que melhoram a vida delas e de outras mulheres, quando essa luta tem um olhar para a situação de desigualdade no qual vivem as mulheres, podemos chamar de luta feminista.¹³

Esse pequeno histórico do feminismo apresentado busca demonstrar como a organização feminista e seus caminhos teóricos foram construídos, a partir de uma mulher que vive no meio urbano. Mesmo compreendendo o porquê dessa realidade é importante destacar que isso traz consequências práticas à teoria feminista e ao entendimento sobre o feminismo, afinal, é no urbano que as mulheres conseguem ter mais acesso a espaços coletivos, onde a educação chegou primeiro, entre outras condições que favoreciam a organização e o despontar de mulheres intelectuais que, além de lutar, podiam escrever sobre as histórias dessas lutas.¹⁴

No entanto, apesar de o feminismo no urbano ser uma parte do feminismo, é preciso também contarmos a história de camponesas que, no Brasil e no mundo, têm feito luta feminista. Um esforço importante nesse sentido foi realizado por Mirla Cisne (2014) quando, ao estudar a consciência militante feminista, trouxe como um dos seus sujeitos de pesquisa um movimento feminista do rural, o MMC, como também o esforço das pesquisadoras que abriram esse caminho como Gema Galgani S. L. Esmeraldo (2011; 2012); Maria Inês Paulilo (1987;

¹³ Evidentemente isso não se aplica a pautas conservadoras como negação do direito ao aborto, como negar o lugar de mulher na política e no trabalho em nome de uma defesa genérica da família, etc., porque essas lutas, concretamente, não melhoram em nada a vida das mulheres.

¹⁴ Talvez por isso, para o movimento de mulheres camponesas, o acesso delas ao estudo seja tão valorizado, é muito interessante ver camponesas de 50, 60 anos voltando a estudar, fazendo ensino médio e graduação, a partir dos debates realizados dentro do movimento, sobre a importância da educação.

¹⁵ Atualmente, várias pesquisadoras feministas têm se colocado nessa tarefa, não sendo possível trazer a obra de todas, cito nominalmente algumas: LaeticiaJallil, Vivian Motta, Vilênia, Sarah Luiza, Lorena Moraes, Beth Cardoso etc.

¹⁶ Na análise de Breno Bringel e Maria González (2014, p. 329): “En sus tres años de duración, fue un marco, sin precedentes, en la coordinación más estable y duradera entre los movimientos sociales latinoamericanos.”

¹⁷ Via Campesina é um movimento internacional que reúne organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e nas Américas. Sendo movimento articulado, autônomo, pluralista e multicultural, independentemente de qualquer vinculação política, econômica ou de outro tipo (VIA CAMPESINA, 2016).

¹⁸ *La Via Campesina Brasil* é composta pelos seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho indigenista missionário (CIMI), Articulação dos povos indígenas (APIB),

2010; 2016); Conceição Paludo (2009); e as que continuam essa jornada como: Conte (2011); Isabela Silva (2013); Larissa Pinheiro (2017), etc.¹⁵

O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR NASCE NA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL CAMPONESA: A COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO (CLOC)

A proposta de nomear o feminismo construído pelas camponesas da América Latina e Caribe foi fruto dos debates realizados nas assembleias de mulheres da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Cloc). A Cloc é uma articulação de movimentos sociais ligados à pauta rural, que nasceu durante as lutas de denúncia dos 500 anos da invasão Européia à América Latina e Caribe, lutas essas que deram origem a “Campanha de 500 anos de resistências indígenas, campesina, negra e popular”¹⁶. Seu surgimento formal se dá no congresso realizado em Lima, no Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994. Hoje, a Cloc é composta por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe (CLOC, 2018), sendo a principal e maior organização de camponeses do continente latino-americano e faz parte da *La Via Campesina Internacional*¹⁷.

No Brasil, os movimentos sociais que compõem a *La Via Campesina Brasil*¹⁸ estão também organizados internacionalmente na Cloc.

A Cloc está dividida em cinco regiões. Em todas elas, existe pelo menos um movimento organizado de mulheres camponesas – indígenas, extrativistas, agricultoras, etc. (CLOC, 2018). As mulheres dos diversos movimentos camponeses ligados à Cloc, estejam em movimentos auto-organizados ou não, têm se debruçado sobre o tema do feminismo e procurado ver como o feminismo adapta-se à realidade da diversidade de sujeitos coletivos que compõem a Cloc. Desde o II Congresso da Cloc, as

mulheres se organizam realizando encontros, debates, reuniões e plenárias, previamente aos congressos, para discutirem as realidades por elas vivenciadas.

A Cloc conta com vários movimentos de mulheres, entre eles, os mais conhecidos com atuação nacional em seus países são: no Chile, *La Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (ANAMURI); no Paraguai, a *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (CONAMURI); no Uruguai, a *Rede de Mujeres*; na Bolívia, a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia Bartolina Sisa e Mujerez interculturales*; no Peru, a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú* (FENMUCARINAP); na República Dominicana, a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas* (CONAMUCA); no Brasil, o *Movimento de Mulheres Camponesas* (MMC) do qual trataremos mais neste artigo.

Uma constatação interessante, ao ouvir a história dos movimentos de mulheres que atuam na Cloc, é que todos têm uma história muito parecida com a do MMC. São camponesas que, mesmo em outras organizações, participando de outras lutas, sentem a necessidade de se auto-organizarem para que as pautas das mulheres não sigam invisíveis. Outras são camponesas que, na luta por direitos trabalhistas e direitos para as mulheres, articularam, ainda no final dos anos 70 e 80, organizações de mulheres camponesas e indígenas a partir de grupos locais, ou seja, são mulheres que conseguem perceber, no seu dia a dia, nas suas organizações, que existe uma subordinação da pauta das mulheres às chamadas “pautas gerais”, ou mesmo uma invisibilidade total da importância das mulheres nas organizações, mas essa luta não foi, inicialmente, vista, nem mesmo por elas, como feminista.

A aproximação com a categoria feminismo não se dá de forma automática, nem tampouco sem conflitos, tendo em vista o estigma que a luta feminista tem, seja na sociedade brasileira, na latino-americana ou na Caribenha. Mesmo quando o MMC surge com caráter nacional, em 2004, se entendendo como feminista e atuando na Cloc, muitos movimentos de camponesas e

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de assalariados rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM).

indígenas auto-organizados não se entendiam como feministas, nem as mulheres dos demais movimentos.

A princípio, as mulheres camponesas relutavam em se identificarem como feministas, todavia, desde 2003, as mulheres dirigentes da Cloc reconhecem a importância do debate do feminismo para a luta das camponesas e a construção de uma perspectiva feminista para CLOC/LVC. Esse entendimento se aprofundou, criando raízes nas bases, a partir da realização das escolas de formação de mulheres, nas reuniões da Articulação de mulheres¹⁹, nas quais, com divergências, dúvidas, críticas, foram construindo um entendimento comum. Em 2009, durante a 4ª Assembléia Continental de Mulheres em Quito - Equador, demarcou-se o que se apresenta como um salto político na construção da luta pela emancipação das mulheres camponesas: foi nessa assembléia que as camponesas se reconheceram como feministas. Esse fato elas atribuem aos diversos processos de debates, formação e lutas nos movimentos membros da Cloc e na própria Cloc.

¹⁹ Grupo de 5 mulheres que são responsáveis por animar o debate e as atividades dentro da Cloc.

Naquele momento histórico, nos afirmamos feministas pela necessidade de demarcar o lugar da mulher numa sociedade socialista que desejamos e construímos no movimento camponês latino-americano, é neste momento que lançou o slogan: Sem feminismo, não há socialismo (CLOC, 2018, p. 3) (tradução nossa).

No entanto, ainda existia a necessidade de definir que feminismo era esse, construído com mulheres camponesas, já que existem diferentes expressões da diversidade do feminismo na Cloc: comunitário, indígena, negro, ecofeminismo etc., mas, a partir do referido congresso, começa-se a construir uma possibilidade de síntese.

No documento preparatório para a V Assembléia de mulheres que se realizou em Cuba, em 2019, elas escreveram (2018, p. 03): “a partir de nossas experiências de luta e de identidade

das mulheres da CLOC/LVC, vimos que era necessário para dar nome completo a nossa luta feminista, assim chamada feminismo Campesino e popular” (tradução nossa). Essa construção não busca apagar, nem mesmo suprimir as diferenças, ao contrário, busca a unidade na diversidade, pois, é fruto da construção de um entendimento coletivo.

Esse contexto geral da organização das mulheres na Cloc também apresenta particularidades em cada país e dentro de um mesmo país, em seus diversos movimentos.

E NO BRASIL O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR TEM TAMBÉM SE EXPRESSADO A PARTIR DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)

A história de luta e organização das mulheres camponesas no Brasil, data de antes dos anos 1960. As companheiras mais velhas do MMC sempre lembram sobre o papel das mulheres na luta indígena, na luta pela terra e na busca dos seus direitos e não apenas como parte dos movimentos, mas também, como grupos autônomos de mulheres. No início dos anos 1980, já existiam várias organizações de mulheres camponesas comunitárias, estaduais e mesmo regionais²⁰, espalhadas pelo Brasil. Algumas delas se juntaram em 2004 para consolidar um movimento nacional: o MMC.

O registro mais antigo que temos dos movimentos que deram origem ao MMC é do Acre, onde, em 1980, nasceu o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA). Logo depois, no Paraná, surgiu o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), cujos registros datam de 1981. Nos anos de 1982 e 1983, encontramos o registro do surgimento de movimento de camponesas espalhados por todo o Brasil. A luta pela redemocratização, a possibilidade de questionar as normas estabelecidas, pareceram animar as mulheres camponesas a constituírem suas organizações, na

²⁰ Sobre a história do MMTR – NE, como também sobre a participação das mulheres rurais na política sindical rural ver: BORDALO, Caroline A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.** (Dissertação). Pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA)/UFRRJ. Rio de Janeiro. 2011.

busca de colocar suas pautas em debate. Cinelli (2016) encontrou registros do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia (MMTR/BA) que datam de 1982.

Já Seibert (2019), a partir dos registros da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), encontrou vários registros das lutas das camponesas pelo Brasil: em Santa Catarina, no primeiro de maio de 1983 nasceu Organização das Mulheres Agricultoras (OMA); no Rio Grande do Sul, entre 1983/84, surgiu a Organização das Mulheres da Roça (OMR); em 1985, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA/SP) e, em Rondônia, constituiu-se uma Comissão Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadores Agrícolas de Rondônia, dentro da luta sindical; em 1986, no Espírito Santo, as mulheres montam a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), e esse processo vai dando frutos e gerando inúmeras outras organizações, algumas ligadas entre si, outras não.

Surgiram, ainda nos anos 1980, articulações regionais entre os movimentos de mulheres camponesas que já existiam nos estados, como movimentos locais e estaduais. No Nordeste, a junção dos diversos movimentos estaduais compôs o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e, na região Sul, a Articulação de Mulheres Rurais do Sul. Essa articulação do Sul em 2004, junto com mais 11 organizações de outros movimentos estaduais de mulheres camponesas, passou a se organizar nacionalmente e se transformou no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no I Congresso Nacional do Movimento, ocorrido de 05 a 08 de março de 2004, em Brasília.

Algumas pesquisas (CONTE, MARTINS, DARON, 2009; SANTOS, 2012; CALAÇA, 2021; CINELLI e MEZADRI, 2014; e CISNE, 2014) mostram quando as mulheres começaram a sair de casa em busca de direitos e, assim, aprendem a amplitude do mundo e a complexidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista que até então lhes era apresentada como natural. Elas

se deram conta de que não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades, ainda que isso não estivesse escrito em lugar algum, devido à força do sistema patriarcal que predominava na vida das camponesas, no cotidiano vivenciado em suas comunidades, sítios, assentamentos, florestas.

O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas nas outras organizações das quais faziam parte, pois suas demandas estavam sempre em último plano, ou até mesmo eram desconsideradas. Sentiam que havia questões que as atingiam que não eram tratadas com a devida importância nesses coletivos. Nem mesmo nos sindicatos, nos setores da igreja progressistas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), nem nos partidos de esquerda. Embora fomentassem a “libertação” da opressão e da exploração, quando o debate colocado pelas mulheres era os temas que afetavam suas vidas, essas demandas estavam “fora do lugar”, como se não coubessem, ou pior, como se fosse algo de menor importância. Assim, elas perceberam a necessidade de um espaço próprio para discussões que estavam surgindo, sobre o que afetava suas vidas (CONTE, 2011).

Essa era a realidade que ocorria nas organizações populares que, mesmo tendo muitas mulheres em suas bases, não conseguiam visualizar a pauta delas como importante e estratégica para as mudanças sociais. Era a velha questão de que as pautas específicas dividiriam a luta “geral”, como aponta Elizabeth Souza-Lobo (2011) ao tratar da questão feminina na luta sindical brasileira.

Essas camponesas começaram a fazer essa crítica em um momento no qual a sociedade brasileira redescobria e reconstruía a democracia, após anos de silêncio e dor trazidos pelo golpe burguês-militar de 1964. Momento no qual a luta pela redemocratização oportunizou também o surgimento de inúmeras outras causas que atingiam a classe trabalhadora, mas

não eram enxergadas, tais como a luta das mulheres, do povo negro, da população indígenas, da população LGBTQI+, entre outras.

Assim, homens e até mesmo uma parcela das mulheres inseridas nas lutas chamadas “gerais” tinham dificuldades de perceber que a violência sexista, que as desigualdades de poder nas organizações, nas comunidades e nas casas, não eram temas menores, mas extremamente importantes para luta de classes. É importante ressaltar que nos espaços de lutas populares também havia apoio à luta das mulheres e, em alguns casos, muito apoio, mesmo que, de modo geral, prevalecesse a concepção de que os homens dirigiriam “naturalmente” as lutas e, desse modo, as mulheres estariam representadas, pois os homens representavam a família.

Contudo, as camponesas que iniciaram o MMC lutavam pelas pautas consideradas pelos que defendiam que não existia necessidade de “dividir” a luta como pauta específicas das mulheres, e por algumas feministas com lutas gerais do campesinato. Na caminhada do MMC, elas sempre mantiveram alianças importantes com as diversas organizações populares que eram construídas por homens e mulheres e buscavam alianças com as nascentes organizações feministas que apareceram no Brasil. Entretanto, para as camponesas estava evidente a necessidade de construir organizações protagonizadas pelas mulheres e, em especial, pelas camponesas. Desse modo, as mulheres começaram a se organizar e foram rompendo as barreiras que dificultavam sua auto-organização (família, trabalho doméstico, trabalho na roça, filhos/as, violências, questionamentos de todos os tipos) e caminharam rumo à autonomia, por mais embates que tivessem. A necessidade de um movimento auto-organizado era a parte que as lideranças masculinas tinham mais dificuldade de “entender”, considerando que a organização das mulheres poderia dividir a classe.

Ao criarem organizações próprias, com várias denominações, em vários estados do Brasil, sob a bandeira da luta por

direitos, em especial, direito de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e saírem da condição de ajudantes, o direito à seguridade social, incluindo previdência, assistência e saúde pública, também se tornou a luta central no período da constituinte de 1988. Os temas que as mobilizavam eram vários: o preço justo para os seus produtos; educação no campo; políticas públicas para o meio rural para homens e mulheres; a valorização das plantas medicinais e das sementes crioulas, etc. As militantes foram dando corpo a organizações populares, trocando ideias entre lideranças de outros estados e de outros setores das lutas, como os sindicatos, o movimento feminista, e os movimentos sociais do campo, sempre as adaptando à sua realidade de mulheres camponesas.

Cada organização de mulheres camponesas estadual tinha, a partir de suas demandas cotidianas, um tema como a sua luta central. As mulheres no Norte tinham na pauta o acesso à saúde e educação, uma reivindicação muito forte; no Sul e no Nordeste os direitos previdenciários tomavam mais centralidade na pauta. Entretanto, de forma geral, todos esses movimentos buscavam, a partir das necessidades cotidianas das camponesas, se organizar e lutar para conquistar direitos.

O MMC, para definir-se e buscar construir-se como movimento nacional, realizou pelo menos dois anos de intensos debates internos e articulações, entre 2002 e 2004, e junto com a nacionalização definiu-se como feminista, reafirmando o caráter popular classista do seu feminismo. Essa declaração causou impacto na Cloc/Via Campesina e repercutiu junto a um conjunto de organizações feministas. Duas reações foram as mais sentidas: 1) parecia que seria necessário dar explicações do motivo de se declarar feminista e classista; 2) foi e é necessário ampliar os debates nas bases, reforçar a compreensão do que é feminismo e como as lutas contribuem para a derrota do sistema capitalista, patriarcal e racista que explora toda a classe trabalhadora, em especial, as mulheres.

Essa necessidade de sempre refazer o debate nas bases sobre o que é feminismo se mantém atual, afinal, a cada dia, novas mulheres passam a fazer parte do movimento e esse debate precisa ser compreendido sempre de forma coletiva. A relação com o feminismo se colocava como mais um desafio da construção do MMC, pois, no meio rural, o feminismo nem sempre foi bem compreendido (como também acontece com setores populares urbanos). Constatamos que, mesmo as lideranças do MMC tendo certeza de que eram feministas, e mais ainda, que mesmo as lutas por elas travadas por terra, por sementes, pelos direitos entre outras tinham um caráter feminista, foi necessário tratar o tema com bastante cuidado e, por isso, não se declaravam feministas de imediato, assim como nem todos os lugares deixavam essa mensagem nítida.

O debate sobre ser feminista ou não ser é polêmico até os dias atuais, inclusive no movimento feminista de caráter mais urbano. A compreensão sobre o que é ser feminista, algumas vezes, parte de uma análise reduzida de forma que só são compreendidas como pautas feministas aquelas que estão ligadas à liberdade do corpo, restrita às liberdades individuais. Para esse modo de olhar o feminismo, quando se têm mulheres que lutam por pautas que não se restringem à essa considerada específica, muitas vezes, essas mulheres são compreendidas como aquelas que apenas lutam por pautas gerais da classe trabalhadora, mas não como movimento feminista.

Um bom exemplo dessa realidade é justamente a principal luta que o MMC tem travado ao longo da sua história: a luta pela seguridade social. O MMC entende que essa é uma pauta feminista, pois são as mulheres camponesas que sempre tiveram mais dificuldades para se aposentar e não os homens camponeses, e, ao se aposentarem, muitas conquistam uma liberdade e autonomia nunca pensada.

Por muito tempo, as mulheres camponesas, em geral, mesmo as organizadas em movimentos sociais, sindicatos e partidos, se

negaram feministas. Acreditamos que isso se deva a preconceitos criados no imaginário da população em relação às feministas e suas lutas, pois, no Brasil, e não só, existem inúmeros tabus com relação ao feminismo. Porém, também existiu uma negação, de parte do movimento feminista, da luta dessas mulheres populares como luta feminista. Para afirmarmos que a luta das camponesas é feminista buscamos um alinhamento com Alves e Pitanguy (2003), na compreensão de que o feminismo não se constrói apenas no espaço público ou em uma simples auto-declaração, para as autoras,

[...] o feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado (2003, p. 9).

Para Ana Miguel (2014, p. 03), o feminismo entendido de forma ampla sempre existiu. Nas suas palavras:

Que el feminismo ha existido siempre puede afirmarse en diferentes sentidos. En el sentido más amplio del término, siempre que las mujeres, individual o colectivamente, se han quejado de su injusto y amargo destino bajo el patriarcado y han reivindicado una situación diferente, una vida mejor.

É nesse sentido amplo que tratamos o feminismo das camponesas nesse artigo, ou seja, como uma ação das mulheres individual ou coletiva, mas majoritariamente coletiva no caso das camponesas, para enfrentar as desigualdades e lutas por melhores condições de vida.

O entendimento de Daniele Kergoat (2009, p. 68) também caminha no mesmo sentido, demonstrando a condição do nascimento do Feminismo:

A partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

Mesmo assim é importante demarcarmos que esse nome começará a ser usado, em especial, na luta das mulheres por direito ao voto e à educação, que como mencionamos na sessão anterior são pautas que se ligam historicamente ao surgimento das cidades e, mais atualmente, à ideia de novos movimentos sociais, que se restringe às disputas “culturais”. É nesse sentido que entendemos que a história contada do feminismo não ajuda as camponesas a se reconhecerem como feministas, pois, são majoritariamente lutas de mulheres urbanas.

Mas o feminismo, na realidade camponesa, se expressa de diversas formas. Segundo Michela Calaça A. dos Santos (2012)²¹, essas formas aparecem quando as camponesas se organizaram a partir de coletivos de produção para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização. As trocas de conhecimentos realizados por meio dos intercâmbios, que retiram as mulheres da propriedade para visitar outras comunidades, valorizam seu trabalho, levando outros camponeses e camponesas a conhecê-lo. Há algumas que começaram a se organizar no trabalho da Pastoral da Criança, na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. Contudo, em uma análise mais apurada, concluímos o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano, sem negar o que conhecem e o que já sabem fazer e o ressignificam. Assim, vão saindo da invisibilidade e obtendo conquistas concretas, como ser responsáveis pela gestão do dinheiro gerado pelo seu trabalho, ou mesmo ao se tornarem referências no que fazem.

²¹ Pesquisa realizada no estado da Paraíba, nos três territórios de atuação do Programa P1+2, no ano de 2010 e 2011, território da Borborema, Serião central e Cariri (oriental e ocidental). Foram entrevistadas 11 camponesas de cada território. Tinha o objetivo de investigar se a agroecologia, via o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), contribuía para a autonomia das camponesas.

Outro aspecto importante é o fato de passarem a sair de casa para falar sobre o seu trabalho, ou ao receberem visitas através de intercâmbios, alargarem horizontes. O ato de sair de casa proporcionado por essas razões, muitas vezes, muda a vida dessas mulheres, como concluiu o trabalho da autora Michela Calaça A. dos Santos (2012), o que também podemos confirmar com nossas vivências e experiências no MMC e na Cloc/Via Campesina.

Mesmo que as mulheres não se afirmassem feministas, estavam a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político, comunitário e familiar. Cinelli (2016) demonstra essa realidade, especificamente, olhando para as camponesas do MMC dos estados de Santa Catarina e Bahia. A autora destaca que a atitude feminista é importante para a produção de sementes crioulas, para decidir sobre a plantação, como também para enfrentar as dificuldades da vida na roça, uma vez que é preciso resistir: enfrentar os poderes do pai, do marido e dos técnicos da assistência técnica e extensão rural que não reconhecem os saberes das mulheres. Apenas com atitudes feministas é possível, para as camponesas, se colocarem e proporem alternativas ao sistema de produção da monocultura, que favorece os grandes proprietários, tido como “modelo” que dá certo.

Muitas vezes, por trabalharem com hortas, sementes e plantas medicinais, defenderem a natureza e denominarem essa luta como em defesa da vida, as camponesas são apontadas como aquelas que atribuíam às mulheres o dever de defender da natureza. Mas, na leitura dos documentos e ao ouvirmos suas falas, percebemos que em momento nenhum essa é a lógica empreendida pelas camponesas, entretanto, esse tipo de trabalho enfrentam machismo e faz parte da disputa dos espaços de produção e de poder (CINELLI e MEZADRI, 2014). O espaço da horta ou dos arredores de casa é o local de onde surgiram exemplos concretos da importância da diversidade, e isso possibilitou muitas lutas e demandas por agroecologia e melhor qualidade de vida, incluindo a soberania alimentar.

²² Importante destacar que Michela Santos (2012) explica que todos os trabalhos não se referem a uma mulher específica, nem, muitas vezes, às mulheres de uma só comunidade, mas quando analisadas enquanto uma categoria: mulheres camponesas, percebe-se muitas vezes as mulheres optam por não realizarem alguns tipos de trabalho, seja dizendo que não conseguem, seja dizendo que não é de mulher, como forma de se preservar, seja isso percebido por ela mesma ou não.

O feminismo construído por elas implica comandarem e pensarem junto o espaço da unidade de produção familiar, não sendo essa uma tarefa fácil, devido ao patriarcado expressado nos costumes e tradições rurais. No rural, a divisão sexual do trabalho não se expressa na vida das mulheres da mesma forma que se pensa no urbano. Como demonstrado por Michela Santos (2012), as mulheres realizam todos²² os tipos de trabalho necessários à produção camponesa, mas a produção que gera mais renda (geralmente do roçado) é entendida como patrimônio do homem. A divisão sexual do trabalho no campo se expressa apenas no fato de os homens raramente serem responsáveis pelo trabalho considerado reprodutivo e de cuidados. Outro exemplo, do patriarcado expresso no campo é a herança da terra que, dificilmente, fica para as mulheres, como demonstram Carmen Deere e Magdalena León, (2002) e Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques (2001).

Assim, a luta das camponesas por uma produção de alimentos saudáveis contribui para que elas rompam com o lugar destinado às mulheres como sendo privado e submetido à vontade do pai/marido/irmão/filho. Elas ousam e, por isso, compram conflitos e deles obtêm os avanços. De acordo com o que temos estudado sobre feminismo, isso significa ser feminista na prática, mesmo que não se conheça tão bem a história do feminismo, sua teoria, seus escritos, e menos ainda, seu debate acadêmico.

As camponesas têm buscado politizar as tarefas relativas aos cuidados e, por isso, um dos primeiros aprendizados no movimento é de que precisam sair de casa para, inclusive, dividir tarefas do ambiente doméstico, tendo o seu trabalho reconhecido. A discussão na esfera das questões que foram historicamente colocadas às mulheres se dá em relação a como ressignificar esse lugar imposto a elas. O trabalho reprodutivo e de cuidados é fundamental, seja para produção econômica capitalista, seja para manutenção da vida.

Trazer esses elementos nos ajuda a compreender porque, no surgimento do MMC, algumas organizações, movimentos e

coletivos feministas questionavam se o movimento de mulheres camponesas (ainda não com a nomenclatura de MMC) era feminista ou não, já que algumas organizações (ou pessoas) colocam o feminismo em um tipo ideal weberiano e fazem um *checklist* para medir o quanto as outras são ou não feministas.

A consigna usada pelo MMC: “Fortalecer a luta em defesa da vida”, desde a primeira vez que foi usada, gerou questionamentos devido a usos conservadores da ideia de defesa da vida, mas o MMC sempre deixou evidente o entendimento de que a luta pela agroecologia e pelo socialismo é em defesa da vida, que a luta pelo fim da violência contra as mulheres é em defesa da vida, que é necessário entender a vida de forma ampla, como a defesa do planeta e da humanidade, com mulheres no protagonismo. Atualmente, com um projeto genocida em andamento no Brasil, outras organizações feministas passaram a compreender e reivindicar a luta feminista como luta pela vida.

Como afirmamos anteriormente, nossa inserção nos mostra que as lideranças do movimento, desde o início, entendiam o feminismo e sabiam que grande parte das ações do movimento era de cunho feminista, porém, por uma questão tática – da organização autônoma – elas achavam melhor serem discretas em relação a palavra. A forma como o MMC enfrentou e enfrenta o debate do feminismo é, para nós, uma construção baseada na educação popular como método de organização e luta feminista. Essa educação popular pensada por Freire e Nogueira (1993, p.19) enfatiza: “a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica [...] Em uma primeira ‘definição’ eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política”.

Ninguém buscou convencer as camponesas de que sua luta era feminista, foi à luta e a análise da sua própria realidade que as levaram a perceberem-se como parte de um instrumento maior de luta das mulheres, que é o feminismo. Elas também se dispuseram a estudar o feminismo e a história de luta das mulheres. Na tese de Cinelli (2016), uma das falas das entrevistas

com uma dirigente histórica afirmava que muitas mulheres do movimento eram feministas e não sabiam e, com o passar do tempo e o amadurecimento, vieram a expressar: “mas, então, eu era feminista... eu sou uma feminista”. Entretanto, é importante destacar o papel que o debate sobre o Feminismo Camponês Popular cumpriu na ampliação da compreensão das mulheres do MMC como feministas, já que a autoidentificação com o termo foi muito maior do que o que esperavam as dirigentes.

Nesse sentido, as mulheres vão, na medida em que lutam, descobrindo seu poder de organização, de ação. Na auto-organização conseguem enxergar que problemas antes percebidos como individuais e privados são uma realidade histórico-material/cultural que estrutura as relações sociais como um todo e não apenas as relações privadas. A descoberta de que sua forma de produzir e de se relacionar com a natureza tem muito conhecimento e é adequada para enfrentar os desafios ambientais e sociais do nosso tempo, tem ampliado sua capacidade de luta e dado visibilidade às suas conquistas e desafios, assim, consolidando uma perspectiva de feminismo que nasce no processo de luta, organização, formação e constrói novas possibilidades de ser e existir.

CONSTRUINDO SÍNTESES: MULHERES CAMPONESAS E FEMINISTAS!

O desenvolvimento capitalista, ao ligar o desenvolvimento e o progresso à ideia de cidade, colocou as camponesas, indígenas e mulheres negras em um lugar sem prestígio, sendo entendidas como atrasadas, aquelas que resistem aos avanços, ao progresso. Já ser feminista é ser ousada e temida. Por mais preconceito que se tenha contra as feministas, elas são consideradas uma inovação, e inovações não combinariam com o campesinato. Como é que pode esta junção?

Diante dessa análise equivocada da realidade camponesa, era difícil compreender um movimento popular camponês, auto-organizado de mulheres, ou seja, composto e dirigido somente por mulheres, e que se nacionaliza identificando-se como feminista. Conte, Weschenfelder e Cinelli (2010), escrevendo sobre o MMC, apontam que o debate do campesinato e o do feminismo, que podem ser vistos como divergentes, estabelecem relações fortalecidas no sentido de que as mulheres defendem o espaço de terra/território, mas nele não aceitam relações patriarcais: na luta por terra/território elas passam a opinar e a decidir no ambiente produtivo, tendo em vista que esse também é o lugar delas. Além disso, aprenderam a assenhorar-se de si mesmas, e isso implica em decidir sobre si, seu corpo e sua sexualidade. A obediência e a dependência do/ao marido (ou pai e às vezes até aos filhos) já não cabem mais, e, por isso, há conflitos e nunca conquistas definitivas, permanecendo questionamentos e desafios.

Diante desses aspectos, que foram aprendendo na luta, ao fazerem a história do movimento e as suas próprias histórias, expressadas nas palavras de ordem ainda antes dos anos 1990: “Nós não queremos favores, nossa história a gente faz”, podemos pontuar por onde tem caminhado o feminismo camponês popular no MMC. Tem sido um aprendizado na prática que impulsionava a teoria e, em alguns momentos, teoria não escrita, mas vivida, experimentada e partilhada. Trata-se, em nosso entendimento, de um feminismo do qual nem tudo se disse e talvez nem tudo ainda se possa dizer, pelo fato de que ele está sendo feito em tantos lugares diferentes, com avanços largos em alguns lugares, e avanços mais lentos em outros. É um feminismo construído por uma diversidade de mulheres que vivem em lugares diferentes, com questões étnico-raciais distintas, com acessos a recursos naturais e materiais de formas diferenciadas entre si. Todavia, todas as mulheres camponesas do MMC e da Cloc possuem em comum a identidade de classe e gênero advindas de várias experiências populares de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca M. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANAMURI. *Hacia la construcción del feminismo campesino y popular*. Santiago: ANAMURI, 2015.

BARBOSA, Silvia Maria Silva. *O poder de Zeferina no quilombo do Urubu: Uma reconstrução histórica político Social*. 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

BETHELL, Leslie (Org). *Historia de América Latina – 1. América Latina Colonial: La América precolombina y la conquista*. Barcelona: Critica, 1990a.

BETHELL, Leslie (Org). *História de América Latina – 2. América Latina Colonial: Europa e América de los siglos XVI, XVII e XVIII*. Barcelona: Critica, 1990b.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 8, n. 1, Florianópolis, 2000.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. In: *Caderno de textos gênero e trabalho*. Iole Macedo Vanin e Terezinha Gonçalves (Organizadoras). Salvador: REDOR, 2006.

CALAÇA, Michela. *O Feminismo Camponês Popular: Resistência e Revolução*. 2021. 470f. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2021.

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiani. Aproximações teórico/políticas entre a agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. In: *Cadernos de Agroecologia*. v. 13 n. 1 (2018): Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do

Distrito Federal e Entorno; 12 a 15 de setembro de 2017, Brasília/DF. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/501>. Acesso em: 21 mai. 2020.

CARO, Pamela. *Feminismo campesino y Popular: Autonomías y soberanías*. Santiago, Chile: Cloc, 2010.

CINELLI, Catiane. *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: resistência, enfrentamento e libertação*, 2016, 186 f. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas*, 2012. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Unijuí. Ijuí. 2012.

CINELLI, Catiane., & MEZADRI, Adriana. M.. *A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas*. [texto impresso]. Chapecó, 2014.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CLOC. *¿Quiénes somos?* Disponível em: <http://www.Cloc-viacampesina.net/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CLOC. *Regiones*. Disponível em: <http://www.Cloc-viacampesina.net/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CLOC..*Memoria da IV escuela continental de mujeres lideresas de la cloc - via campesina*. (relatório por días). Chile, 2018.

CLOC. *Articulación de mujeres de la Cloc*. In. *Documento de estudio en preparación hacia la VI Asamblea Continental de mujeres de la Cloc/LaVia Campesina*. Havana, 2018.

RODRÍGUEZ, Francisca; AMORIM, Jaime; TÓRREZ, Fausto (CCI/LVC). *Nuestros desafíos para construir una sociedad socialista*. Havana: ANAMURI, MST, ATC, 2019.

CLOC. *Declaración VI Asamblea De Mujeres Cloc-Lvc*, Havana, 2019a. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-vi-asamblea-de-mujeres-cloc-lvc/>. Acesso em: agosto de 2019.

CLOC, Articulación de Mujeres de la Cloc. *La lucha feminista, campesina y popular de las mujeres del campo de la Cloc/LVC*. Documento interno. Cuba, 2018.

CLOC. *Regiones*. Disponível em: <http://www.Cloc-viacampesina.net/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CLOC. Nuestrós desafíos para construir una sociedad socialista - Desde el Territorio, Unidad, Lucha y Resistencia por el Socialismo y la Soberanía Alimentaria. In. *Rumbo al VII Congreso*. Havana, Cuba, 2019.

CLOC. *Las Mujeres en las Luchas de resistencia: el feminismo inserto em las luchas populares*. Cloc. Sem data.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONTE, Isaura I.; MARTINS, Mariane D.; DARON, Vanderleia P. Movimento de mulheres camponesas: na luta a construção de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: Paludo, C. (Org.) *Mulheres, luta e resistência em defesa da vida*. São Paulo: Cebi, 2009.

CONTE, Isaura I. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Unijuí. 2011.

CONTE, Isaura I. *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014

CONTE, Isaura I.; WESCHENFELDER, N. V.; CINELLI, C. A Construção do feminismo e da identidade camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. *Fazendo Gênero*. In. *9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 23 a 26 de agosto de 2010. Recuperado de: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ESMERALDO, Gema G. S. L. Mulher Rural no Brasil: Estratégias para o Reconhecimento de Ofícios e Ação Política. In. *Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades*, v. 2, p. 122-138, 2011.

ESMERALDO, Gema. G. S. L. Construção identitária da Mulher Sem Terra: ‘Ditos’ e ‘Não Ditos’ no Jornal Sem Terra. In. *Estudios Universitarios*, v. 30, p. 61-77, 2012.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: Teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GASPARETO, Sirlei A. Kroth. *Pedagogia da sementeira: A construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no programa de sementes crioulas*. São Paulo: Dialogar, 2018.

GONZÁLEZ; Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2010.

GUZNÁM, Adriana. *Descolonizar la memoria. Descolonizar los feminismos*. La Paz: Redición, Llojeta, 2019.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. A classe trabalhadora tem dois sexos. In: *Revista Estudos Feministas*. n 1. Ano 2. 1994. p. 93-99.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária (1914). In: LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. São Paulo: Unesp, 2011.

MIGUEL. Ana de. Los feminismos a través de la historia. In: *Creatividad Feminista recibido a través de Modemmujer*. Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/anademiguel.html>. Acesso em: 07 set. 2014.

MMC. *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*. Passo Fundo: AMTR-Sul. 2007.

MMC. *Gênero, sexualidade e direitos das mulheres*. Chapecó: AMTR-Sul, 2008.

MMC. *Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida*. Passo Fundo: AMTR-sul, 2008.

MMC. *Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis*. Passo Fundo: ANMC, 2011.

MMC. *Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira*. Passo Fundo: ANMC, 2011.

MMC. *Economia (in)Visível Mulheres Camponesas*. Passo Fundo: Passo Gráfica, 2012.

MMC. *Avançando a partir de uma perspectiva feminista para a construção da soberania alimentar no Brasil: Fortalecimento do Movimento de Mulheres Camponesas*. Passo Fundo: ANMC, 2013.

MMC. *Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência*. Passo Fundo: Secretaria Nacional, 2015^a.

MMC. Relatório do I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2015b.

MMC. *Relatório da I oficina Feminismo Camponês Popular*. Chapecó, 2016.

MMC. *Relatório do II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*. Luziânia, 2017a.

MMC. *Relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*. Luziânia, 2017b.

MMC. *Feminismo Camponês e Popular*. Chapecó: ANMC, 2018.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. Mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos. In. HOLLANDA, Heloisa B. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PALUDO, C. (Org.). *Mulheres, luta e resistência em defesa da vida*. São Paulo: Cebi, 2009.

PAULILO, Maria Ignês. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. In. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(3): 336. 2010 p. 927 – 940.

PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. In. *Revista Ciência hoje*, n. 28. Rio de Janeiro/RJ. 1987. Disponível em: <https://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PAULILO, Maria Ignês. Que feminismo é esse que nasce na horta? In. *Revista Política e Sociedade*, Dossiê temático. Edição v. 15. Florianópolis, 2016 p. 296-316. Disponível: DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296>

PERROT, Michele ; DUBY, Georges. *Histoire des femmes en Occident: l'Antiquité*. Paris: Histoires sens qualities. Paris: Prrin, 2002.

PERROT, Michele ; DUBY, Georges. *Historia de las mujeres em Occidente: El siglo XIX*. Madrid: Taurus, 1993.

PINTO, Celi R.J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINHEIRO, Larissa S. *Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise do feminismo camponês popular*. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró. 2017.

SANTOS, Michela K. Calaça. A. dos. *Rompendo a cerca do isolamento: As relações entre a Agroecologia e as questões de gênero*. (Dissertação de Mestrado). 2012. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2012.

SEIBERT, Iridiani. *Feminismo Camponês Popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*. (Dissertação de mestrado). 2019. Universidade de Brasília. Brasília. 2019.

SIMAS, Tatiany de O. *Histórias de Resistência de Mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856)*. Trabalho de conclusão de curso (mestrado). 2017. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabete. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

ZETKIN, C. *Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso (1896)*. In. TOLEDO, Cecilia. *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

ZETKIN, C. O movimento de mulheres socialistas na Alemanha (1909). In. TOLEDO, Cecília. *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

ZETKIN, C. Lênin e o movimento feminino (1920). In. TOLEDO, Cecília. *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

MICHELA CALAÇA - Militante do Movimento de Mulheres Camponesas, agrônoma (UFERSA), doutora em Ciências Sociais (UFCG).

